

Interdisciplinaridade: história das mulheres e estudos de gênero

Rachel Soihet
Suely Gomes Costa

Recebido 30, jul. 2008 / Aprovado 4, set. 2008

Resumo

A interdisciplinaridade, marca da história das mulheres e dos estudos de gênero, expõe o paradoxo que tem movido os feminismos: o de simultaneamente aceitar e recusar a “diferença sexual”, matéria que orienta e subsidia esta análise.

Palavras-chave: *História das mulheres. Estudos de gênero. Interdisciplinaridade. Feminismos. Paradoxos.*

O nascimento dos estudos de mulheres e da história das mulheres, lembra M. Perrot (2005, p. 15), referindo-se aos anos 1970, “inscreve-se no campo mais vasto das ciências humanas, desigualmente visitadas pelo sexo. Ela não é própria da França, mas do conjunto do mundo ocidental”. E indica: “Os Estados Unidos foram pioneiros, utilizando, às vezes, elementos elaborados pela velha Europa e por ela desprezados. A vida intelectual é feita dessas idas e vindas, dessas incessantes *bricolages*”. A constituição desse campo de conhecimento se confunde com a da chamada segunda onda feminista. Desde os anos 1970, nos Estados Unidos, sob os “estudos das mulheres” ou *Women Studies*, pesquisadoras de diferentes tradições disciplinares se agrupam. Na história das mulheres de tradição francesa – *L’Histoire des Femmes* – isso se dá entre 1970 e 1980; para o caso, M. Perrot (2005) observa: “Este movimento de pesquisas sobre as mulheres era geral. Ele atravessava as disciplinas. O objeto “mulheres” era plural e não pertencia a ninguém em particular. Filósofas, historiadoras, sociólogas, literatas trabalhavam juntas” (p. 15). Os estudos e a “história das mulheres” se instituem, nestes termos, como campo de conhecimento (nas três últimas décadas) sob a marca da interdisciplinaridade. Perrot faz distinções nessas aproximações disciplinares: “talvez um pouco mais de distância em relação às ciências ‘psi’, justamente na medida em que o questionamento da psicanálise era vigoroso”. Prossegue, indicando que as pesquisas, ao colocarem, porém,

[...] a questão das relações entre os sexos, revisitava o conjunto dos problemas do tempo: o trabalho, o valor, o sofrimento, a violência, o amor, a sedução, o poder, as representações, as imagens e o real, o social e o político, a criação, o pensamento simbólico. A diferença dos sexos revelava-se de uma grande fecundidade. Esse fio de Ariadne percorria o labirinto do tempo. (PERROT, 2005, p. 25)

Essas questões estão postas, mais nitidamente, nos Estados Unidos dos anos 1970 e na França dos 1980, quando surgem, desse mesmo campo, os “estudos de gênero” ou *Gender Studies*. Noções que estarão presentes no movimento por direitos e cidadania, desencadeado pelas lutas feministas, expressam, cada vez mais, a complexidade das relações de sexos, vistas nas interseções de outras relações sociais: não mais restrito à oposição homem *versus* mulher, nem tampouco às oposições de sexos e classes, como nas abordagens feministas de corte marxista, os estudos de gênero inauguram a chamada para revisões desse mesmo campo. Não é por outra razão que Scott destaca, como epígrafe, num artigo sobre a história das mulheres, a percepção de Derrida sobre esse campo de conhecimento: “a história que se pode escrever dos estudos sobre as mulheres pertence também ao movimento [...]” e acrescenta: “[...] não é uma metalinguagem, e irá atuar tanto como um momento conservador, quanto um

momento subversivo [...]”. E conclui este autor: “[...] não há uma interpretação teoricamente neutra da história dos estudos sobre as mulheres. A história terá aí um papel atuante” (DERRIDA apud SCOTT, 1992, p. 63).¹

Não há como pensar esse campo sem levar em conta as evidências que assinalam suas conexões com a política e também com a própria marcha do conhecimento nas disciplinas que compõem as ciências humanas. O “movimento” indicado por Derrida problematiza esse campo no momento em que os estudos que o conformam, além das relações de sexos e classes, usualmente examinadas, colocam em cena as relações de raças/etnias, gerações e orientação sexual e localizam a multiplicidade dos sujeitos mulheres, ressaltada por Y. Ergas (1994, p. 605). O “conjunto das questões do tempo”, antes mencionado, já estava, porém, nas trajetórias de mulheres do século XVIII: mesmo diante do papel relevante que elas ocuparam na Revolução Francesa, de tão auspiciosos ideais igualitários, vêm-se excluídas da cidadania política e civil e lutam por ela. Esse “movimento” referido por Derrida, na perspectiva histórica, se anuncia no século XVIII, em meio aos paradoxos que presidem os debates sobre “igualdade” e “diferença” dos sexos, em dilemas que prosseguem nos dias atuais, presente nos diferentes feminismos que se seguem.²

Na era das revoluções democráticas, “mulheres” tornam-se excluídas políticas por artes de um discurso baseado em diferença sexual. O feminismo era um protesto contra a exclusão política da mulher: seu objetivo era eliminar as “diferenças sexuais” na política, mas a reivindicação tinha de ser feita em nome das “mulheres” (um produto do próprio discurso da “diferença sexual” que procurava eliminar). Esse paradoxo – a necessidade de a um só tempo aceitar e recusar a “diferença sexual” – permeou o feminismo como movimento político por toda a sua longa história. (SCOTT, 2002, p. 26-27)

Universalismo e diferencialismo, examinados por Scott (2002), são noções instituintes da matéria política de que esse campo se constitui e pertencem às diferentes tradições disciplinares das ciências humanas forjadas no “movimento”. Elas trazem a reiterada invocação do termo “mulheres”, uma regularidade das lutas contra a discriminação de direitos, com base na diferença biológica entre homem e mulher. As lutas sexistas acabariam expondo a diferença sexual. Mais que um “ato natural”, mas também uma justificativa ontológica para um tratamento diferenciado dos sexos na vida social, com repercussões sobre a universalidade de direitos e sobre o conhecimento. As mulheres “serão iguais aos homens, fato do qual decorreria a única base para se poderem reivindicar direitos? Ou serão seres diferentes e, por causa ou apesar das diferenças, com direito a igual tratamento?” (GROSSI, 2002, p. 18). Essas indagações orientaram o

¹ Indica em nota de rodapé: “Refere-se a ‘Women in the Beehive: a seminar with Jacques Derrida’, transcrito do seminário com Derrida, promovido pelo Centro Pembroke para o Ensino e a Pesquisa, em Subjects/Objects, Primavera de 1984. p. 17.”

² Uma discussão desse paradoxo, no caso brasileiro, está em Costa (2007a).

projeto intelectual comum que se impôs às mulheres como parte das lutas feministas. O universalismo, enunciado pela revolução francesa e espalhado para o mundo, havia marcado bem os paradoxos presentes nos pensares de feministas francesas, como Olympe de Gouges, Jeanne Deroin, Hubertine Auclert e Madeleine Pelletier, entre fins dos séculos XVIII e XIX (SCOTT, 2002), diante dos chamados “direitos dos homens”, como os de participação política e de acesso à instrução, ao trabalho, enfim, à cidadania plena, negada às mulheres. A noção de natureza como justificativa do caráter diverso do masculino e do feminino se reafirma. Por sua fisiologia diferente, homens e mulheres são destinados a papéis sociais diversos. A crença na inferioridade intelectual e em suscetibilidades emocionais femininas, ambigualmente, compõe o pensamento igualitário do século XVIII; contra ela lutam as mulheres. Ela move idéias propagadas amplamente, como as do historiador francês Jules Michelet (1798-1874), que não ignora o papel das mulheres no passado e no presente, lembra Perrot (2005, p. 14): “As mulheres, que poder!”, dizia ele em seu livro, dedicando-lhes “frases substanciais em suas aulas, que elas, num auditório apaixonado e silencioso, vêm escutar em massa”. Os afagos desse pensador, porém, não deixam de associar as mulheres à natureza e à maternidade e os “homens à cultura racional e heróica”, denunciando, na inversão dos papéis, a chave dos desregramentos das sociedades: Michelet aceita as representações de seu tempo, sobretudo as representações de uma sociologia balbuciante. Essas percepções prosseguem em tempos e espaços diversos. O poder social das mulheres, porém, avança, ao longo do século XIX em toda a Europa e seus indícios são “a proliferação da imprensa feminina e a fundação de inúmeras associações. Em meados do século XIX, as feministas estão conscientes disso” (KÄPELLI, 1994, p. 546). Círculos dos socialistas utópicos favorecem esse movimento, quando, nas décadas de 1820 e 1840, criticam a sujeição das mulheres, “sobretudo no virulento ataque que fazem ao casamento” (p. 543). Adensa-se a produção de saberes sobre ideais igualitários.

Discursos moldados na ação compõem a matéria política traduzida no “movimento”, recolhida da vida pessoal, das tensões e dos conflitos vividos pelas mulheres no cotidiano. As lutas por direitos universais e específicos de que as mulheres têm participado centram-se em paradigmas, conformados na matéria que, reiteradamente, associa as esferas pública e privada. Rompe-se assim a ideologia das “esferas separadas” (SCOTT, 1994a, p. 443-477), legitimando a apartação dos territórios feminino e masculino, tradição tão presente no século XIX. Essa ruptura está nas contribuições de John Stuart Mill (1808-1858), cujo texto, traduzido em todas as línguas européias, torna-se a referência fundamental para a corrente igualitária liberal. Com ela, reivindica para as mulheres “as promessas da Constituição

norte-americana” (KÄPELLI, 1994, p. 542).³ Discursos feministas sobre poder e dominação nas relações de homens e mulheres são produzidos na interseção dessas esferas, se realimentam delas e se distinguem nelas. A matéria política ganha forma e se propaga nessas referências. Mulheres ocupam-se dela em suas atividades intelectuais, sistematizando conceitos e organizando pautas de lutas. O caráter interdisciplinar dessa matéria não foi de fato resultado de qualquer “corte epistemológico” intencional de estudos acadêmicos. A interdisciplinaridade foi moldada nessas lutas, contendo sempre as associações das esferas pública e privada.

Carla B. Pinsky (2007, p. 9-11),⁴ numa sensível apresentação de *Minha história das mulheres*, de Michelle Perrot, traça o itinerário seguido pelos estudos dessa historiadora: primeiro, a ruptura dos silêncios, depois, os tratos “do corpo, como algo que tem historicidade [...], desconstruindo as idades da vida, as aparências [...], o sexo, a maternidade e a submissão (repressões, estupros coletivos e ‘institucionalizados’, prostituição, assédio sexual, violência doméstica)”. A preocupação com a “alma vem depois – a religião, a cultura, a educação, o acesso ao saber, a criação, trazendo à tona hereges, santas, feiticeiras, leitoras e escritoras, artistas, sábias e criadoras”. Tudo isso é examinado na vida pessoal e pública das mulheres, no campo e na cidade. Esse itinerário sugere a montagem do projeto que se tornará o campo dos estudos da história das mulheres e dos estudos de gênero. Esse projeto faz-se no calor das lutas feministas e, desde sempre, objetiva a retirada das mulheres de áreas de invisibilidade.

Nessa perspectiva, esse campo se defronta com um (suposto) problema central na produção de conhecimento: a relação sujeito e objeto. Como os cânones científicos se referem ao fato de mulheres fazerem pesquisas sobre mulheres (e, quase sempre, contra os homens), J. Scott, referindo-se a essa produção no âmbito da história, situa indagações de caráter geral, presentes em todas as disciplinas, tais como: “Qual é o efeito sobre as práticas estabelecidas da história de se olhar os acontecimentos e as ações pelo lado de outros sujeitos, mulheres, por exemplo? Qual o relacionamento entre historiador e os sujeitos sobre os quais ele/ela escreve?” (SCOTT, 2002, p. 78).⁵ Recorre a reflexões de Certeau:

O fato da particularidade do lugar onde o discurso é produzido ser relevante ficará naturalmente mais evidente quando o discurso historiográfico tratar das questões que focalizam o sujeito-produtor da história: a história das mulheres, dos negros, das minorias culturais, etc. Nesses campos, pode-se, é claro, sustentar que a condição pessoal do autor é indiferente (em relação à objetividade

³ Ver a respeito a republicação de seu artigo de 1869, “A Sujeição das Mulheres”, na revista *Gênero* (2006).

⁴ Ver especialmente a p. 10.

⁵ Indica em nota de rodapé: “Michel de Certeau, ‘History: Science and Fiction’, em *Heterologies: discourse on the other*, Minneapolis, 1986. p. 217-18”.

do trabalho dele ou dela) ou que somente ele ou ela autoriza ou invalida o discurso (se ele ou ela “faz parte” ou não dele). Mas esta discussão requer o que tem sido dissimulado por uma epistemologia, a saber, o impacto das relações sujeito-a-sujeito (mulheres e homens, negros e brancos, etc.), sobre a utilização de técnicas aparentemente “neutras” e na organização de discursos que são, talvez, igualmente científicos. Por exemplo, partindo-se do fato da diferenciação dos sexos, deve-se concluir que uma mulher produz uma historiografia diferente daquela do homem? É claro que eu não respondo a essa questão, mas afirmo que essa pergunta coloca em questão o lugar do sujeito e requer um tratamento diferente da epistemologia que construiu a “verdade” do trabalho, baseando-se na irrelevância do narrador. (apud SCOTT, 2002, p. 78-79)

Os saberes feministas nunca se pretenderam “neutros”. Sua sistematização irá cunhar paradigmas que serão avaliados nos anos 1980, numa pesquisa de âmbito interdisciplinar, desenvolvida por vários anos sobre os problemas do masculino e do feminino, trazido a um seminário realizado no Centro de Pesquisas Históricas (CRH-CNRS), com a contribuição de pesquisadoras de diferentes áreas.⁶ Criticando esse campo, registra o documento – publicado no Brasil em 2001 – tendências a serem revistas, revelando o temor “de que a história das mulheres, por sua fragilidade, não chegue a ser um elemento importante da disciplina histórica, nem mesmo uma pedrinha no sapato”, daí criticar

[...] a predileção sempre sensível pelo estudo do corpo, da sexualidade, da maternidade, da fisiologia feminina e das profissões próprias de uma natureza feminina; a dialética sempre utilizada da dominação e da opressão que não sai senão do enunciado tautológico, uma vez que não se tenta analisar por quais mediações específicas, no tempo e no espaço, esta dominação se exerce; uma inflação de discursos normativos que mal levam em conta as práticas sociais e os modos de resistência a estes discursos, e que induz, algumas vezes, a uma espécie de auto-fascinação pela infelicidade; um desconhecimento da história do feminismo e de sua articulação com a história política e social; uma falta de reflexão metodológica e, sobretudo, teórica. (PERROT, 2001, p. 9)

Como parte da mesma iniciativa, encerra-se a publicação de *Pénélope, pour l'histoire des femmes* (1979-1985), que, após treze cadernos, “havia acompanhado e favorecido o desenvolvimento das primeiras pesquisas e das primeiras sustentações de teses sobre a história das mulheres e do feminino” (THÉBAUD; ZANCARINI-FOURNEL, 2002, p. 22). Os “estudos de gênero” avançam no período e estão inscritos, indica Françoise Thébaud – na decisão que projeta e funda a revista *Clio, Histoire, Femmes et Sociétés* – dez anos mais tarde.

Entre 1985 e 1995, com efeito, a história das mulheres produziu e refletiu muito sobre si mesmo. Tornou-se mais crítica sobre

⁶ O texto original diz: “*Pénélope a accompagné et favorisé le développement des premières recherches et des premières soutenance de thèses en histoire de femmes*”. Publicada em *Annales, ESC*, Paris, n. 2, p. 271-293, mars-avril, 1986, teve a colaboração de Cécile Dauphin (CRH-CNRS), Arlette Farge (CRH-CNRS), Geneviève Fraisse (Philo-CNRS), Christiane Klapish-Zuber (CRS-EHESS), Rose-Marie Lagrave (sociologia - EHESS); Michelle Perrot (Histoire - Paris VII), Pierrette Pézerat (CRH-EHESS), Yannick Ripa (Histoire - Paris VII), Pauline Schmidt-Pantel (Histoire - Paris VII), Daneèle Voldman (IHTP - CNRS).

o projeto inicial de história escrita no feminino. Propôs-se a ultrapassar a dicotomia seguidamente utilizada entre uma maioria de mulheres vítimas e uma minoria de rebeldes, do mesmo modo que a da dualidade dominação masculina *versus* opressão feminina. Reconsiderou o conceito de “cultura feminina”. Passou a integrar as contribuições metodológicas e conceituais da noção de gênero para propor uma história relacional de homens e mulheres e uma leitura sexuada das sociedades, dos acontecimentos e dos fenômenos históricos, como testemunham os cinco volumes da coleção *História das Mulheres*, dirigida por G. Duby e Michelle Perrot [...], e o colóquio “Mulheres e História” da Sorbonne, que propôs leituras críticas sobre a mesma (novembro/1992) (THÉBAUD; ZANCARINI-FOURNEL, 2002, p. 9).

É significativo que Georges Duby participe da organização da coleção *História das Mulheres*, em cinco volumes. Lembra Neuma Aguiar (1997, p. 111) que a “mudança interpretativa do universalismo para o relativismo” traz à baila o questionamento de noções gerais, universais e, com ele, as revisões da tradicional simplificação da oposição feminino *versus* masculino: “as críticas aos parâmetros feministas darão novos rumos aos estudos de experiências masculinas e femininas, individuais e coletivas” (COSTA, 2003a, p. 7). Os conhecimentos feministas, organizados em torno de uma dada “condição feminina”, oposta ao patriarcado, irão avançar. Isso se materializaria nos debates acadêmicos do período e também no âmbito das lutas por direitos: entram em cena não apenas homens e mulheres, mas “pessoas” ricas, pobres e de classe média, negras, brancas, mestiças, de diversas etnias, de diferentes gerações e orientação sexual. Os feminismos se reagrupam e novos desafios ao universalismo na diferença se avivam em outras referências.

As abordagens feministas, ressalvadas as preocupações de corte marxista, que distinguem a prevalência das relações de classes nas relações entre sujeitos sociais, só muito recentemente passam a pensar as relações de sexos nas interseções com outras relações sociais. Ações feministas preservam o paradoxo das diferenças, animado na forte identidade biológica, a sororidade. Ela persistirá irmanando as mulheres, embora conheça erosões diante de fundas desigualdades entre as mulheres em seus movimentos. Experiências pessoais, profissionais e acadêmicas diversas organizarão a matéria política que une as mulheres, atravessando os tempos.

O igualitarismo na diferença marca os saberes feministas na “Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã”, que Olympe de Gouges escreve, análoga à “Declaração dos Direitos do Homem”. Essa sua obra principal traduz, na perspectiva de J. Scott, a versão feminina do *Contrato Social*, igual ou até superior ao de Rousseau. Ela será condenada à morte, por causas que pretendem subverter a ordem natural (SCOTT, 2002, p. 49-

104). Sabe correr riscos e por eles se vê condenada “como uma mulher que somente tem paradoxos a oferecer” (SCOTT, 2002, p. 19) e que não traz problemas fáceis de serem resolvidos. Seus saberes impregnados de paradoxos em torno do igualitarismo na diferença prosseguirão; na marcha dos ideais de liberdade, igualdade e fraternidade entrarão em confronto com os rumos da sociedade liberal e dos socialismos.

J. Scott, ao tratar dessa e de outras trajetórias de feministas francesas, fornece elementos para pensar a interdisciplinaridade dos saberes explicitados por “cidadãs paradoxais”. Teses, de um modo ou de outro, são revividas por feministas de diferentes campos de conhecimento em tempos seguintes. Jeanne Deroin, seguidora de Olympe de Gouges, 50 anos depois, nos idos de 1848, sob a Segunda República, impregnada de preceitos católicos e socialistas, transforma a maternidade numa justificativa de direitos políticos, com base na noção de deveres, o que confunde “ainda mais o raciocínio constitucional” daqueles tempos, ao acentuar a importância do “trabalho da reprodução” (SCOTT, 2002, p. 124-128). Expressa-os tanto na exaltação da maternidade, com vista a reivindicar direitos, como na participação de intensas lutas em torno da questão social, do direito ao trabalho e ao voto, indissolivelmente ligados (SCOTT, 2002, p. 106). Sobre o direito ao trabalho, concebe a maternidade como “trabalho socialmente necessário”, portanto, um trabalho social e não natural, negando a diferença entre trabalho produtivo e “natural”, modo de fixar um ponto de partida para o reconhecimento das mulheres como cidadãs. Mas, nesses deveres, a interdependência dos dois sexos enfatiza a individualidade autônoma e a diferença irreduzível das duas partes; cada um dos sexos com direito à sua individualidade, sob a bandeira do socialismo. A política das mulheres, em pé de igualdade com a política dos homens, fincaria as bases da noção de complementaridade masculina/feminina, situando o paradoxo de uma perspectiva política que condicionava a individualidade do homem à não-individualidade da mulher. Sua posição de sujeito, no caso, se expressa num momento em que os serviços de apoio aos cuidados domésticos são precários, em que as mulheres são proibidas de se associarem em busca de soluções para as dificuldades de enfrentamento de condições que embargam a sua saída para outras atividades, explicitando conflitos entre feministas. As saídas das mulheres francesas para o espaço público e o processo de sindicalização das mesmas, no início do século XIX, identificam tensões e conflitos inevitáveis entre as próprias feministas, plurais quanto às posições sociais; quando militantes operárias, elas buscam sua própria autonomia: “As operárias censuram as ‘burguesas’ por não as compreenderem em matéria de legislação social: em França, no início do século elas são favoráveis a uma proteção que as feministas criticam como discriminatória” (PERROT, 1994, p.

515). Os apelos que Derooin fazia à complementaridade dos sexos no contexto seriam insustentáveis (SCOTT, 2002, p. 134). Suas posições antecipam o diferencialismo que estará presente nos feminismos contemporâneos.

A interdisciplinaridade se faz também na aproximação de mulheres e seus conhecimentos através de redes, uma das formas de propagação de sentimentos, presentes nas lutas que moldarão identidades políticas e novas experiências. As cartas trocadas entre H. Auclert e J. Derooin, em 1886, muito mais que uma forma de “estabelecer uma ponte não só geográfica como também temporal”, permitem situar a maneira pela qual “se forjaram elos da grande corrente feminista e se constituíram também numa fonte de inspiração para os leitores do jornal sufragista de Hubertine Auclert, *La Citoyenne*” (p. 155).⁷ A primeira psiquiatra francesa, Madeleine Pelletier, militante entre fins do século XIX e fins dos anos 30, do XX, impregnada das questões “psi” que emergem no seu tempo, traz outras contribuições: entende a diferença sexual como decorrente de um conjunto de fenômenos psicológicos e não físicos, perspectiva que forjaria uma nova subjetividade para as mulheres. Vê no feminismo um auxílio “a não ser uma mulher do modo que a sociedade espera” (SCOTT, 2005, p. 20). Seu discurso é radicalmente oposto às diferenciações entre masculino e feminino, a ponto de vestir-se com trajes masculinos, forma de desconstruir a diferença sexual, justificando-se: “Minhas roupas proclamam aos homens que sou igual a eles” (SCOTT, 2002, p. 233). Ao contrário de Derooin, condenava a celebração da maternidade, a seu ver, uma forma de confirmação da inferioridade da mulher. Defensora do voto das mulheres, da maternidade como escolha e não obrigação, dedicou-se à luta pelo direito das mulheres à contracepção e ao aborto, sendo uma das precursoras das principais lutas da segunda onda feminista (GROSSI, 2002, p. 14). O ideal a ser alcançado era o da igualdade entre os indivíduos, negando a diferença sexual. O paradoxo permanece: ao pensar, de um lado, o masculino como o indivíduo universal, e ao insistir, de outro, na idéia de que a individualidade transcende o sexo, “foi como mulher, e em nome do grupo – mulheres – que M. Pelletier e outras feministas travaram suas batalhas pela igualdade” (SCOTT, 2002, p. 211). Novos valores e conhecimentos, porém, estão presentes na sua vida e obra. Nascida em 1874 e morta em 1939, nas proximidades da Segunda Guerra Mundial, Pelletier integra lutas sufragistas, manifesta-se através de artigos e panfletos, faz carreira política associada ao partido socialista e, ao fim da vida, dedica-se à produção literária: empenha-se na luta pelo direito “de não ser mulher do jeito que a sociedade espera”. Em parte, seus caminhos seriam aqueles trilhados mais tarde por Simone de Beauvoir.

⁷ Sobre H. Auclert, ver Scott (2002, p. 155-209)

No Brasil, Nísia Floresta, na década de 1830, numa apropriação de textos da inglesa Mary Wollestonecraft, encontra saberes para denunciar a negação de acesso das mulheres à educação e para repudiar a escravidão. O jornalismo feminino brasileiro propaga mais saberes: o direito de voto e de elegibilidade será reclamado por Josefina Álvares de Azevedo, no jornal *A Família*, em 1890: “não se poderá impunemente negar à mulher um dos mais sagrados direitos individuais”. Associa a esses direitos o divórcio, considerando a indissolubilidade do casamento um “surdo insuportável, como uma sentença de iniquidade sobre uma consciência resgatada de culpa” (BERNARDES, 1989, p. 149). As mulheres brasileiras, como aquelas da Europa e dos Estados Unidos, incorporam saberes que tratam de suas existências e reclamam direitos, agindo contra essa ou aquela condição a que se vêem submetidas, algumas através de rebeldias explícitas, outras de maneiras sutis, capazes de subverter experiências de opressão, por muito tempo silenciadas ou mantidas em lugares de invisibilidade. Bertha Lutz é bióloga; isso não a impede de juntar-se – no campo político – a outras de tradições disciplinares diferentes da sua, em torno da campanha sufragista das primeiras décadas do século XX. Organizadas em associações, pronunciam-se publicamente, utilizam-se fartamente da imprensa, buscam o apoio de lideranças nos diversos campos, constituem grupos de pressão, visando a garantir apoio de parlamentares e de outras autoridades, da imprensa, da opinião pública. Uma crítica ao tom moderado da aproximação de Bertha Lutz e seu grupo com o campo político tem sido registrada por estudiosas desse movimento sufragista. No entanto, tudo sugere ter sido essa a expressão de uma conduta política própria às mulheres brasileiras de certos segmentos sociais desse tempo, além de algumas considerarem que tal se faria, especialmente, por razões táticas (SOIHET, 2006, p. 94-124).⁸

O agir feminista tem-se expressado de maneira paradoxal. Interpretar paradoxos, alerta Scott, exige uma leitura diferente da que os/as historiadores/as têm feito tradicionalmente desse “movimento”. Não basta interpretar o choque de posições diferentes; é preciso conhecer saberes que esse agir produz e tensões e incompatibilidades que desencadeia. Ignorar a intranquilidade, presente no paradoxo, na contradição e na ambigüidade das causas e das lutas, implica perder de vista o potencial subversivo do feminismo e do agir feminista (SCOTT, 2002, p. 46), além de desconsiderar materiais invisíveis com que tantos saberes aí são engendrados. A moderação que parece peculiar ao movimento sufragista, conduzido por Bertha Lutz e seu grupo, não traz ameaças de quebras de vidraças, como ela mesma assegura, um modo de frisar a discordância em relação a condutas do feminismo inglês e norte-americano (SOIHET, 2006, p. 29). A experiência de Bertha é expressão política de um dado contex-

⁸R. Soihet utiliza a noção de tática, na perspectiva de Michel de Certeau, em termos da ação calculada, determinada pela ausência de um próprio. “E por isso deve jogar com o terreno que lhe é imposto tal como o organiza a lei de uma força estranha [...] Tem que utilizar, vigilante, as falhas que as conjunturas particulares vão abrindo na vigilância do poder proprietário. Aí vai caçar. [...] É astúcia” (CERTEAU, 1994, p. 100-101).

to, significando isso “reconhecer os muitos fatores que fazem dela um agente, bem como as múltiplas e complexas maneiras pelas quais ela se constrói como ator histórico” (SCOTT, 2002 p. 45). Sua trajetória expõe as peculiaridades de um processo de tomada de consciência, construído nesse duplo movimento: na experiência de opressão e de negação de direitos e na das manifestações por direitos, nos marcos da vida social brasileira. São muitas as historiadoras que examinam as trajetórias de Bertha Lutz e suas companheiras na luta pela conquista do voto, sem conceder maior atenção aos paradoxos que evidenciam.⁹ Considera-se que mulheres, desses e de outros tempos e espaços, têm consciência da trilha mais adequada a seguir para a conquista de seus objetivos. Sob o Governo Vargas, realizou-se o II Congresso Internacional Feminista, em junho de 1931, evidenciando o desejo de atrair o interesse do novo governo no apoio às causas pretendidas pelo grupo de feministas a que Bertha pertencia. Além das pretensões ao direito de voto, foi reconhecida também a emancipação econômica das mulheres como problema central do movimento. Do mesmo modo que outras experiências feministas, há nas pautas de suas lutas (dessas feministas) reivindicações que reafirmam “diferenças sexuais” para justificar demandas políticas, econômicas, educacionais, profissionais. Mais uma vez, feministas, na defesa de seus interesses, alimentam a “diferença sexual” que procuram eliminar: “esse paradoxo – a necessidade de, a um só tempo, aceitar e recusar a ‘diferença sexual’ – permeou o feminismo como movimento político por toda a sua longa história” (SCOTT, 2002, p. 27). E, como as demais feministas, segundo Simone de Beauvoir, as mulheres, ao se pretenderem iguais ao homem perante a lei, num sentido formal e técnico, estavam longe de se garantirem autonomia social, econômica ou subjetiva.

Em *O Segundo Sexo*, publicado em 1949, esta filósofa marca uma nova etapa da produção de conhecimento sobre mulheres e feminismo; relaciona-a a grandes linhas de pensamento da época, quando não teria havido uma transposição do *status* da mulher como indivíduo abstrato para o *status* de um ser autônomo, de posse de si mesmo. Entretanto, um texto de Nancy Bauer (2006, p. 137-148) sugere balanços mais precisos sobre a apropriação das idéias de Beauvoir na construção dos saberes feministas. Publicadas em 1949, as idéias de Beauvoir não teriam sido bem percebidas em sua extensão: não havia “suficientes acadêmicas feministas para amar-lo o detestar-lo. La teoría feminista no se inventaría a si misma sino un par de décadas más tarde; una vez lo hizo, obtuvo su nutrición intelectual, al menos inicialmente, primordialmente del marxismo más que Beauvoir.” Esta observação leva à experiência da segunda onda feminista no Brasil: as feministas faziam sua história num “movimento” inscrito no de redemocratização do país, em meio a ideais iguali-

⁹ Em que pese suas importantes contribuições trazidas aos estudos feministas, este é o caso de pesquisas realizadas entre os anos 1980 e 1990, por Branca Moreira Alves (1981), June Hahner (1981) e Susan K. Besse (1999), que assumiram uma perspectiva crítica em relação ao movimento sufragista brasileiro. Alegam que, ao enfatizar o papel das mulheres como mães e colaboradoras dos homens para justificar a importância na aquisição de direitos, este lhes teria impossibilitado o desenvolvimento de uma autoconsciência, que as levasse a questionar as raízes de sua inferiorização – as relações de poder dentro da família.

tários, presentes em referências das vindas dos anos 1960, agora tornadas muito plurais. Nessas mesmas esquerdas, pesquisas recentes mostram que as relações masculino *versus* feminino são freqüentemente muito desiguais, inclusive nas guerras de guerrilha (COSTA et al., 1980, p. 41). Mulheres que forjam a segunda onda feminista, nos anos 1970 e 1980, apercebem-se das desigualdades na própria carne, aliás, como faz Simone de Beauvoir, em sua produção primeira, de natureza literária, como *A Convidada* e *Memórias de uma moça bem comportada* – ambas com base em sua própria biografia –, em que fala de sua existência, sem demonstrar ainda qualquer preocupação com a sofisticada formulação teórica de *O segundo sexo*, um resultado intelectual desse mesmo processo de tomada de consciência. Só mais tarde, suas escolhas de vida e suas relações apaixonadas, com homens e mulheres, serão associadas à questão política, matéria da qual o texto de Bauer não fala. Os modos de sentir a vida e de tomar consciência se forjam em contextos muito diferentes entre si. E. P. Thompson, numa citação exemplar, sublinha: “história é a disciplina do contexto e do processo: todo significado é um significado-no-contexto” (2001, p. 243). E, nesse particular, observa-se que, só entre os anos 1970 e 1980, os ingredientes que estão em *O segundo sexo* se espriam. *O Segundo Sexo* agora faz sentido. Não é por outra razão que as pautas de lutas desses anos se referem às “políticas do corpo”. O mesmo irá ocorrer com as contribuições de Betty Friedan, chegadas ao Brasil no início dos anos 1970. Lembra ainda Bauer que, quando “la teoría feminista comenzó a despegar, los libros de Betty Friedan ‘La mistificación de lo femenino’ (1963) y de Kate Millet, ‘La política sexual’ (1971) habían suplantado a ‘El segundo sexo’ como puntos de unión en prol de la liberación de la mujer”. Mas, também agora, as teóricas feministas “no le dieron mucha atención profesional a la obra de Millet y Friedan: ambos los libros se quedaban cortos en filosofía”. O texto em causa admite que esses livros se apropriam de idéias presentes em *O segundo sexo*: se “verá la influencia de Beauvoir aunque algunas veces refractada de maneras poco usuales, en casi todas las páginas – a pesar de la pobreza de referencias a esta obra”. Além disso, nem todas as feministas leram Betty Friedan nos avançados anos 1980... Essas contribuições intelectuais soam como música de fundo; o conteúdo de interesse de tantas militantes é assimilado de resenhas, de leituras sumariadas ou “por ouvir dizer”... Para a maioria das mulheres engajadas em movimentos, os textos em voga são uma distante referência. A ação política nem sempre traz – salvo algumas exceções – preocupações intelectuais “de orientação teórica” do “movimento”. Elas “escapam” à dinâmica das lutas transformada em palavras de ordem, essas, sim, de forte impacto. O romantismo político no interior das esquerdas, às quais uma parte das mulheres é filiada, move a revisão de

paradigmas como aquele que apregoa a solução das desigualdades de classes, dada como capaz de resolver, automaticamente, as desigualdades entre homens e mulheres.

Beauvoir “inaugura” muitas condutas corajosas e faz valer sua liberdade de ser. Uma outra avaliação recente conclui que o alcance de *O Segundo sexo* não teria sido percebido enquanto as mulheres continuassem a servir de “outras” para os homens (SCOTT, 2002, p. 278). Embora a liberdade econômica fosse um ingrediente decisivo para a emancipação da mulher, o problema era, em última análise, existencial: somente o homem podia alcançar o autocrescimento por via da transcendência de suas condições existenciais. A mulher, fadada a uma condição de imanência, permanece confinada a uma interminável repetição das funções femininas. Para Beauvoir, a diferença sexual era um fenômeno secundário, cultural, não biológico, que não negava o caráter universal (a igualdade) da humanidade, e não desapareceria quando essa igualdade viesse a ser reconhecida ou, como ela dizia, “restaurada”: “Aqueles que falam tanto de ‘igualdade na diferença’ não podem de bom grado se recusar a admitir a possibilidade de diferenças na igualdade” (BEAUVOIR apud SCOTT, 2002, p. 280). Cabe acrescentar que esta filósofa prenunciava a posterior noção de gênero com sua célebre reflexão acerca de que “a mulher não nasce, mas torna-se mulher”.

Conhece-se pouco das tensões interdisciplinares que presidem hoje os estudos e a história das mulheres e dos gêneros. Na França, a categoria gênero impõe-se para teorizar a diferença sexual, embora permaneça polêmica. Foi tomada de empréstimo à gramática (SOIHET; PEDRO, 2007, p. 288).¹⁰ Perrot seleciona “três séries de fatores científicos, sociológicos e políticos” (2005, p. 15-17) para explicar essa retomada, situando-os na “crise dos grandes paradigmas explicativos e na renovação dos contatos disciplinares nas décadas de 1960-1970, [...] na feminização da universidade, inicialmente no nível do público, e depois, mais tardiamente, dos professores”, e nos “fatores políticos que quebram silêncios femininos”. A segunda onda feminista na Europa e nos Estados Unidos também se manifestará e prossegue lá, como no Brasil, com quebra de silêncios e de invisibilidades, com a feminização de mais áreas de conhecimento que se aproximam desses estudos. A produção de conhecimentos se volta para os corpos e as almas femininas, para a vida cotidiana no campo e nas cidades e para as muitas formas de experiências: femininas, masculinas, em diferentes posições de classes, geracionais, de etnias/raças, de orientação sexual. Confirma-se a crescente abordagem interdisciplinar, mas no cruzamento de tradições disciplinares muito diversas, sobre as quais não se têm ainda pesquisas sistemáticas. Conhecimentos complexos permanecem codificados em palavras de ordem, em manifestações contra padrões pensados como “patriarcais”, associados à família, à igreja

¹⁰ Assim, em seu sentido original, gênero é o fenômeno da presença em algumas línguas (por exemplo, as indo-européias) de desinências diferenciadas para designar indivíduos de sexos diferentes ou ainda coisas sexuais. E é justamente pelo fato de que as palavras, na maioria das línguas, têm gênero, mas não têm sexo, que os movimentos feministas e de mulheres, nos anos 1980, passaram a usar esta palavra “gênero” no lugar de “sexo”.

e ao Estado e naqueles contra modelos idealizados de mulheres que prescrevem a maternidade compulsória e os imperativos da beleza e da delicadeza, que ocuparam largamente pautas de estudos e de lutas. As mulheres, agora sexualizadas, não só tornavam públicas questões da esfera íntima, como aborto e contracepção, como obtiveram leis de proteção a direitos reprodutivos e sexuais. Na Europa, nos Estados Unidos e também no Brasil, os movimentos se especializaram e se diversificaram em torno de áreas profissionais específicas, pautando as mais diversas ações políticas e sociais. No direito, na educação, na educação física, na saúde, na assistência, na comunicação e nas artes, assinalam um novo momento de formação de identidades: algumas feministas atuam em áreas de sua profissionalização (ERGAS, 1994; COSTA, 2007b). Também ocorrem agrupamentos de diferentes profissionais em torno de questões comuns, caso da violência aplicada a mulheres.

As feministas, ao longo dos tempos, construíram e ampliaram seus saberes, caso de Betty Friedan, na obra *A Mística Feminina*, lançada em 1963 nos Estados Unidos, numa experiência que reavivou, no Brasil, sob a ditadura militar de 1964, velhos e novos ideais libertários e duras manifestações antifeministas de intelectuais da esquerda (SOIHET, 2005, p. 606; ESTEVES, 2001). As feministas dessa época, como as dos primeiros tempos, reafirmavam-se como “mulher”, numa identidade distinta da do “homem”. Essa identidade, nesta “segunda onda”, está na prática de grupos de tomada de consciência compostos por mulheres (ERGAS, 1994, p. 596) e desenvolvidos em diferentes países. No caso brasileiro, na área de saúde, nos anos 1980, sob forte influência “psi”, constata-se a presença masculina em alguns grupos, ao contrário do que ocorria nos Estados Unidos e na França (COSTA, 2007a, 2007b). A interdisciplinaridade, nessa perspectiva, se faz em torno de conhecimentos que distinguem “diferencialistas” de “igualitaristas”, mas entrecruzando a dinâmica do “movimento”, referido por Derrida, das mais variadas tradições disciplinares. Ela está presente no diferencialismo que sistematizará conhecimentos através de grupos que, na França, com maior influência nos Estados Unidos, seguiam Luce Irigaray e Hélène Cixous e, também, na tese do igualitarismo, representado por Simone de Beauvoir (MACHADO, 1998, p. 107-125). Durante largo tempo, as diferencialistas foram tidas como essencialistas, reconhecendo a “mulher” em oposição “ao homem”, apoiando-se numa ontologia primordial e imutável, considerando que tal diferença se fazia sentir a partir do primado do biológico. Segundo Machado, porém, a partir de reflexão de Naomi Schor, na verdade, a diferença analisada por Irigaray é pensada a partir do simbólico, configurando-se como cultural, quando reivindica “a reinvenção do feminino”, opondo-se à imposição do idêntico (1998, p. 188-119).¹¹

¹¹ Trata-se de SCHOR, N. *Cet essentialisme qui n'est pas un: Irigaray à bras le corps: futur antérieur: supplément: féminismes au présent*. Paris: L'Harmattan, 1993.

De qualquer forma, o próprio uso da categoria “mulher” submetia-se, nas duas teses, às mais diversas interpretações, dependendo da maneira como as relações dos sexos fossem entendidas e, também, como as tradições disciplinares se apropriaram desses conceitos. A produção teórica dessas questões ocorre, sobretudo, no contexto norte-americano, na medida em que a tomada de consciência das desigualdades de sexos, nas interseções das relações de classes, de raças/etnias, de geração e de orientação sexual avançavam e, com ela, as lutas pela instituição de direitos diferenciados. Novos saberes, também interdisciplinares, sobre as desigualdades nas diferenças prosseguem. A categoria gênero passa a distinguir atributos culturais alocados a cada um dos sexos e à dimensão biológica dos seres humanos, de muitos impactos sobre análises sociais anteriores (SCOTT, 1991). Dentre as contribuições do conceito de gênero, destacam-se: a ênfase no caráter fundamentalmente social e cultural das distinções baseadas no sexo, que afastam o fantasma da naturalização; a precisão emprestada à idéia de assimetria e de hierarquia nas relações entre homens e mulheres, incorporando a dimensão das relações de poder; o relevo conferido ao aspecto relacional entre as mulheres e os homens, indicando que nenhuma compreensão de qualquer um dos dois sexos poderia existir sem um estudo que os tomasse em separado, aspecto essencial para “descobrir a amplitude dos papéis sexuais e do simbolismo sexual nas várias sociedades e épocas, achar qual o seu sentido e como funcionavam para manter a ordem social e para mudá-la” (SOIHET, 1997, p. 101). Além disso, a significação emprestada por esses estudos aos processos de poder e dominação examinados na articulação das relações de gênero com as de classe, raça/etnia e, mais recentemente, de geração e de orientação sexual ganha crescente complexidade. O interesse despertado pelo conceito de gênero, nesses termos, é indicativo não apenas da visibilidade dada a processos obscurecidos na oposição homens *versus* mulheres, mas de sua utilidade nas pautas de lutas por inclusão social dos oprimidos, como da convicção de que as desigualdades de poder se organizam, no mínimo, conforme estes três eixos (SCOTT, 1991, p.1-2). Na verdade, tal conceito pode ser intuído “como um código-chave inventado para superar impasses a que a história das mulheres havia chegado” (COSTA, 2003b, p. 181).

O conceito de gênero amplia o caráter interdisciplinar dos saberes feministas; do mesmo modo, retoma do passado as mais diversas contribuições, antes pouco percebidas, caso da antropóloga Margareth Mead nos anos 1930, quando entende o uso da diferença sexual por diferentes sociedades humanas na constituição dos papéis sociais (MEAD apud STOLCKE, 2004, p. 82).¹² Os estudos das homossexualidades trazem também outra contribuição marcante: em 1968, o psicólogo Robert Stoller, no

¹² Essa autora refere-se à obra de MEAD, Margaret. *Sexo e temperamento em três sociedades primitivas*. São Paulo: Perspectiva, 1969, traduzido de MEAD, Margaret. *Male and female: a study of the sexes in a changing world*. New York: Morrow, 1949.

livro *Sex and Gender*, empregou a palavra “gênero” com o sentido de separação em relação ao “sexo”. Ao discutir o tratamento de pessoas consideradas “intersexos e transexuais”, referia-se a intervenções cirúrgicas para adaptar a anatomia genital (considerada por ele como sexo) a uma identidade sexual escolhida (considerada como gênero) (STOLCKE, 2004, p. 86).¹³ Para este autor, o “sentimento de ser mulher” e o “sentimento de ser homem” são mutáveis, ou seja, a identidade de gênero se desloca, sendo mais importante do que as características anatômicas (MORAES, 1998, p.104). Os papéis femininos e masculinos são tratados como iguais, diferentes no conteúdo, mas complementares. Nessas duas abordagens, não há, porém, qualquer menção à dimensão política das relações entre os sexos; deixam de sinalizar a relação de poder nelas presente (PISCITELLI, 2004, p. 62).

A noção de gênero se inscreve nos debates que assinalam a emergência do pós-modernismo; há muito por examinar das tendências e das contra-tendências que movem antigas e novas querelas intelectuais. Assim, a ênfase dada por Scott à questão da “diferença”, associada a uma concepção própria do pós-modernismo, foi considerada uma ameaça ao feminismo por aquelas/es pesquisadoras/es que permaneceram no campo da modernidade, alegando que essa posição precipitaria a fragmentação de sua unidade. Por outro lado, afirma uma cientista social que o discurso pós-moderno revela um lado positivo, pois nele se pode encontrar “um poderoso antídoto para as tendências totalizadoras, e até mesmo intolerantes”, muitas vezes presentes no discurso tradicional. Essa observação não deixa de alertar as feministas pós-modernas que estas não podem desconhecer a presença “da modernidade como um campo unificado do social, demandando um esforço de identificação de denominadores comuns mais além das afirmações particularistas” (SORJ, 1992, p. 21-22). Sob risco de imprecisões, verifica-se hoje um panorama mal conhecido das *bricolages* interdisciplinares advindas dos estudos de gênero.

A antropologia foi o terreno preferencial no tratamento desse conceito nos anos 1970. Um marco está no ensaio *O tráfico das mulheres: notas sobre a economia política do sexo*, de Gayle Rubin (1975), uma referência obrigatória na literatura feminista: ela introduz o conceito de gênero no debate sobre a opressão da mulher e define o sistema sexo/gênero como o conjunto de arranjos, através dos quais uma sociedade transforma a sexualidade biológica em produto da atividade humana, e nos quais estas necessidades sociais transformadas são satisfeitas. O conceito de gênero se consolida em partes significativas dos saberes feministas, expondo sua marca interdisciplinar, interseções de conhecimentos, como antes indicadas por Perrot. Também se propaga em abordagens de diferentes disciplinas, mas diante de tradições plurais de interdisciplinaridade, sendo muitos os

¹³ Trata-se de STOLCKER, Robert J. *Sex and gender*. New York: Science House, 1968. Neste caso, o “gênero” não coincidia com o “sexo”, pois pessoas com anatomia sexual feminina sentiam-se homens e vice-versa.

dilemas. Na história, por exemplo, temas, épocas e espaços têm suas “epistemologias” próprias. Joan Scott, ao fazer críticas às formas de apropriação do conceito de gênero na história, identifica aquelas de “usos descritivos” (GROSSI; HEILBORN; RIAL, 1998, p. 123) e por isso não deixa de remetê-las também a algumas tradições do fazer histórico em geral.¹⁴ Sugere uma “epistemologia mais radical”, voltando-se para o âmbito do pós-estruturalismo – particularmente, em certas abordagens associadas a Michel Foucault e Jacques Derrida – com vista a fornecer ao feminismo uma perspectiva analítica poderosa. Para Scott, os estudos sobre gênero devem atender à necessidade da rejeição do caráter fixo e permanente da oposição binária “masculino *versus* feminino”, preservando sua historização e “desconstrução” nos termos de Jacques Derrida (SCOTT, 1994b, p. 16). Mas essa posição de Scott engendra polêmicas como aquela com as historiadoras Louise Tilly e Eleni Varikas, oferecendo um panorama da pluralidade de concepções acerca da questão do gênero (TILLY, 1994, p. 48; VARIKAS, 1994, p. 74). Nela, destaca-se o embate entre aquelas e aqueles ligadas/os à tradição cultural da modernidade e as/os que a rejeitam e que, seguindo orientações pós-modernas, consideram a linguagem discurso enquanto instância constituinte da “realidade”, além das/dos que se colocam numa posição intermediária. Outras contribuições, como as do historiador da medicina, Thomas Laqueur, contrariamente às concepções que antepõem sexo e gênero – caso de Scott – afirmam que o gênero é constituinte do sexo, com base no exame da “invenção moderna de dois sexos distintos”, mais precisamente, ocorrida no século XVIII, traduzida a crença na homologia dos órgãos genitais. Desse modo, a indiferenciação sexual, na ordem natural, não implicava igualdade na ordem social: “Um sexo, portanto, mas dois gêneros assimétricos”, como bem resume Colette St. Hilaire (2000, p. 89).¹⁵ Nessa perspectiva, também estão as formulações da filósofa Judith Butler: opõem-se a diversas noções que pensam as identidades como fixas, em termos de gênero/sexo, mulheres/homens, sujeito/outro. Sua proposta, na perspectiva de Foucault, é a de pensar a construção da dualidade discursiva dos sexos. O sexo aparece como culturalmente construído (BUTLER, 2003, p. 25). Mas esses atos e gestos seriam *performáticos* (PISCITELLI, 2004, p. 54-55).¹⁶ A difusão desses referenciais teóricos contribuiu para a abertura de linhas de pesquisa e reflexão sobre gênero, não centradas nas mulheres. Ressalte-se a produção de estudos sobre masculinidade e, também, os estudos *queer*, para os quais a obra de Butler é altamente inspiradora (NAVARRO-SWAIN, 2000, p. 60). A historiadora Linda Nicholson (2000, p. 9-24), seguindo as discussões de Foucault, Laqueur e Butler, lembra que separar sexo de gênero e considerar o primeiro como essencial para teorizar o segundo, como queriam as feministas dos anos 1970, pode ser uma forma de fugir do determinismo biológico,

¹⁴ Nessa crítica, como acontece em geral nas tradições historiográficas descritivas, a noção empregada – no caso em tela, associada ao estudo restrito das coisas relativas às mulheres – não tem a força de análise suficiente para interrogar e mudar os paradigmas históricos existentes. Sua fragilidade é teórica e metodológica. Registra, inclusive, a defasagem dessa abordagem diante da alta qualidade atingida pelos trabalhos da história das mulheres e seu estatuto; mesmo que marginal em relação ao conjunto da disciplina, essa qualidade pode ser aquilatada em manuais, programas universitários e monografias.

¹⁵ Por essa homologia, a diferença seria apenas aparente, considerando o fato de esses órgãos estarem ocultos nas mulheres e expostos nos homens.

¹⁶ Para ela, a essência ou a identidade que supostamente expressa são construções manufaturadas e sustentadas através de signos corporais e de outros meios. Assim, “gênero” poderia ser considerado como um *ato* intencional e, ao mesmo tempo, *performático*, no sentido de construção dramática e contingente de significado.

mas afirma o “fundacionalismo biológico”.¹⁷ Uma das bases da formulação da oposição sexo/gênero foi o clássico artigo da antropóloga Gayle Rubin (1975), já citado. Ainda Navarro-Swain, inspirada em Foucault, sugere a busca de um nomadismo identitário (2000, p. 77).¹⁸ Nas discussões feministas, porém, as formulações desconstrutivistas têm provocado reações negativas; elas convergem quanto às incompatibilidades entre tais abordagens e a prática política feminista: “gênero sem mulheres?” Isso remete, mais uma vez, à dinâmica do “movimento”, como indicado por Derrida.¹⁹ Atualizações de saberes feministas se impõem mais do que nunca. Costa e Schmidt as recomendam, quando apontam um modo de produção do conhecimento que, “[...] ancorado em constante autocrítica e nas complexas interseções do gênero com outras vertentes da identidade e forças conjunturais [...]”, leve à aquisição de “[...] uma capacidade singular para que possa, repetindo Walter Benjamin, não somente ‘cortar no real’, mas também nas palavras de Cherrie Moraga, ‘teorizar na carne’” (COSTA; SCHMIDT, 2004, p. 10). Há resistências quanto a teorizações que se afastam de uma chave explicativa para as lutas, de uma “causa universal” e de um campo das oposições. A “idéia-força” que tem unificado as mulheres se fez com base em processos identitários, que se deslocaram dos biológicos para outros, bastante plurais; neles, amplas redes organizam mulheres e conhecimentos desigualmente partilhados. Tudo isso em meio a tradições interdisciplinares cada vez mais complexas.

¹⁷ Ou seja, “funda”, sobre o biológico, aquilo que a cultura estabelece como sendo personalidade e comportamento de homens e mulheres. Isto porque “postula uma relação mais do que acidental entre a biologia e certos aspectos de personalidade e comportamento”.

¹⁸ Diz ela: “Nada de representações fixas: uma identidade nômade não compreende senão o movimento, a transformação, a crítica que se inicia com a auto-representação sexual e se estende ao social”.

¹⁹ Questionamentos à despolítica da pesquisa acadêmica com acirramento de tensões entre produção teórica e a mobilização política movem algumas autoras, quando propõem uma nova utilização da categoria *mulher*.

Abstract

Interdisciplinarity, characteristic of women's history and gender studies, exposes the paradox that has been moving feminisms on: the one of simultaneously accepting and refusing "sexual difference", subject which guides and brings new contributions to this analysis.

Keywords: *Women's history. Gender studies. Interdisciplinarity. Feminisms. Paradoxes.*

Referências

- AGUIAR, Neuma. Relações de gênero: universais ou particulares. *Teoria & Sociedade: Revista dos Departamentos de Ciência Política e de Sociologia e Antropologia – UFMG*, Belo Horizonte, n. 1, p. 111-119, 1997.
- BAUER, Nancy. Debemos leer a Simone Beauvoir? Tradução de G. Castellanos. *La manzana de la discordia*, Colômbia, ano 1, v. 2, p. 137-148, Dic. 2006.

- BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo: fatos e mitos*. Tradução de Sérgio Milliet. São Paulo: Difusão Européia do Livro, [s.d.].
- BERNARDES, M. T. C. C. *Mulheres de ontem?:* Rio de Janeiro: século XIX. São Paulo: T. A. Queiroz, 1989.
- BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CERTEAU, Michel de. *Artes de fazer: a invenção do cotidiano*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1994.
- COSTA, Albertina de Oliveira et al. *Memórias de mulheres do exílio*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- COSTA, Claudia de L.; SCHMID, Simone P. O feminismo como poética/política. In: _____. (Org.). *Poéticas e políticas feministas*. Florianópolis: Mulheres, 2004. p. 9-15.
- COSTA, Suely G. A voz das mulheres: linhas da vida e associativismos feministas. Rio de Janeiro, anos 1970-80. In: ABREU, M.; SOIHET, R.; GONTIJO, R. (Org.). *Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007a. p. 437-456.
- _____. Gêneros, biografias e história. *Gênero: Revista do Programa de Pós-Graduação em Política Social – Dep. de Serviço Social/UFF, Niterói*, v. 3, n. 2, p. 7-20, 1. sem. 2003a.
- _____. Gênero e História. In: ABREU, M.; SOIHET, R. (Org.). *Ensino de História: conceitos, temáticas e metodologia*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003b. p. 107-208.
- _____. Silêncios, diálogos e “Os Monólogos da vagina”: instantes dos feminismos. Brasil (1970-1990). *Esboços: Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UFSC, Florianópolis*, v. 17, p. 35-56, 2007b.
- ERGAS, Y. O sujeito mulher. O feminismo dos anos 1960-1980. In: DUBY, G.; PERROT, M. (Coord.). *História das mulheres no ocidente*. V. V. Tradução de Maria Helena da C. Coelho et al. Porto: Afrontamento; São Paulo: Ebradil, 1994. p. 583-611.
- ESTEVES, Flávia Copio. *A visita de Betty Friedan ao Brasil: anos de contestação e movimento feminista*, 2001. Mimeografado. Anexo a Relatório de pesquisa CNPq.
- FRIEDAN, Betty. *Mística feminina*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1971.
- GROSSI, Miriam. Apresentação. In: SCOTT, J. W. *A cidadã paradoxal: as feministas francesas e os direitos do homem*. Tradução de Evio A. Funk. Florianópolis: Mulheres, 2002.
- _____; HEILBORN, Maria Luiza; RIAL, Carmen. Entrevista com Joan Wallach Scott. *Estudos Feministas, Niterói*, v. 6, n. 1, p. 114-124, 1998.
- KÄPELLI, Anne-Marie. Cenas feministas. In: DUBY, G.; PERROT, M. (Org.). *História das mulheres no ocidente: o século XIX*. Tradução

- de Maria Helena da C. Coelho et al. Porto: Afrontamento; São Paulo: Ebradil, 1994. p. 541-579.
- MACHADO, Lia Zanotta. Gênero, um novo paradigma? *Cadernos Pagu*, Campinas, SP, n. 11, p. 107-125, 1998.
- MILL, John Stuart. A sujeição das mulheres. *Gênero: Revista do Programa de Pós-Graduação em Política Social - Dep. de Serviço Social-UFF, Niterói*, v. 6, n. 2, v. 7, n. 1, p. 181-202, 2006.
- MORAES, Maria Lygia Quartim. Usos e limites da categoria gênero. *Cadernos Pagu*, Campinas, SP, n. 11, p. 99-105, 1998.
- NAVARRO-SWAIN, Tânia. A invenção do corpo feminino ou a hora e a vez do nomadismo identitário? *Textos de História*, Brasília, DF, v. 8, n. 1-2, p. 47-84, 2000.
- NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. *Estudos feministas*, Florianópolis, v. 8, n. 2, p. 9-41, 2000.
- PERROT, M. et al. A história das mulheres: ensaio de historiografia. *Gênero: Revista do Programa de Pós-Graduação em Política Social - Dep. de Serviço Social/UFF, Niterói*, v. 2, n. 1, p. 7-30, 2. sem. 2001.
- _____. *As mulheres e os silêncios da história*. Tradução de Viviane Ribeiro. Bauru, SP: EDUSC, 2005.
- _____. *Minha história das mulheres*. Tradução de Ângela M. S. Correa. São Paulo: Contexto, 2007.
- _____. Sair. In: DUBY, G.; PERROT, M. *História das mulheres no ocidente: o século XIX*. Tradução de Maria Helena da C. Coelho et al. Porto: Afrontamento; São Paulo: Ebradil, 1994. p. 503-539.
- PINSKY, Carla B. Apresentação. In: PERROT, M. *Minha história das mulheres*. Tradução de Ângela M. S. Correa. São Paulo: Contexto, 2007. p. 9-11.
- PISCITELLI, Adriana. Reflexões em torno do gênero e feminismo. In: COSTA, Claudia de L.; SCHMIDT, Simone P. *Poéticas e políticas feministas*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2004. p. 43-66.
- RUBIN, Gayle. The traffic of women. In: REITER, R. R. (Org.). *Toward an anthropology of women*. New York: Monthly Review Press, 1975.
- SCOTT, Joan. *A cidadã paradoxal: as feministas francesas e os direitos do homem*. Tradução de Evio A. Funk. Florianópolis: Mulheres, 2002.
- _____. A mulher trabalhadora. In: DUBY, G.; PERROT, M. *História das mulheres no ocidente: o século XIX*. Tradução de Maria Helena da C. Coelho et al. Porto: Afrontamento; São Paulo: Ebradil, 1994a. p. 443-475.
- _____. Prefácio. Gender and politics of history. *Cadernos Pagu*, Campinas, SP, n. 3: desacordos, desamores e diferenças, p. 11-27, 1994b.

SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria de análise histórica*. Tradução de Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. Recife: SOS Corpo, 1991.

_____. História das mulheres. In: BURKE, P. (Org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Ed. da UNESP, 1992. p. 63-95.

_____. O enigma da igualdade. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 13, n. 1, p. 11-30, 2005.

SOIHET, Rachel. História, mulheres, gênero: contribuições para um Debate. In: AGUIAR, N. (Org.). *Gênero e ciências humanas: desafio às ciências desde a perspectiva das mulheres*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997. p. 95-114.

_____. *O feminismo tático de Bertha Lutz*. Florianópolis: Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006.

_____. Zombaria como arma antifeminista: instrumento conservador entre libertários. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 13, n. 3, p. 591-611, 2005.

SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana Maria. A emergência da pesquisa da história das mulheres e das relações de gênero. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 27 n. 54, p. 281-300, 2007.

SORJ, Bila. O feminismo na encruzilhada da modernidade e pós-modernidade. In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina (Org.). *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992. p. 15-23.

ST. HILAIRE, Colette. A dissolução das fronteiras do sexo. In: SWAIN, Tania Navarro (Org.). *Feminismos: teorias e perspectivas*. Brasília: UNB, 2000. p. 85-111.

STOLCKE, Verena. La mujer es puro cuento: la cultura del género. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 12, n. 2, p. 77-105, 2004.

THÉBAUD, F.; ZANCARINI-FOURNEL, M. Clio, Histoire, femmes et sociétés: naissance et histoire d'une revue. *Clio, histoire, femmes et sociétés*, Toulouse, v. 16, p. 9-22, 2002.

TILLY, Louise. Gênero, história das mulheres e história social. *Cadernos Pagu*, Campinas, SP, n. 3, p. 29-62, 1994.

THOMPSON, E. P. Folclore, Antropologia e história social. In: NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Sergio (Org.). *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2001. p. 75-179.

VARIKAS, Eleni. Gênero, experiência e subjetividade: a propósito do desacordo Tilly-Scott. *Cadernos Pagu*, Campinas, SP, n. 3: desacordos, desamores e diferenças, p. 63-84, 1994.